



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE

Informe

Nº 80 – Novembro 2014

**Uma Análise da Dinâmica Recente dos
Empregos Formais no Ceará**

ipece INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Regis Façanha Dantas – Diretor de Estudos Sociais

IPECE Informe – nº 80 – Novembro de 2014

Elaboração

Alexandre Lira Cavalcante – Analista de Políticas Públicas

Daniel Suliano – Analista de Políticas Públicas

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência;

Rigor científico;

Competência profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série IPECE Informe disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Nesta Edição

Este informe analisa a dinâmica dos empregos formais do estado do Ceará considerando diferentes dimensões geográficas a partir dos dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego. De forma geral, o Brasil, mesmo ainda expandindo a geração de empregos, vem apresentando uma desaceleração na geração de novos postos de trabalho nos últimos três anos. A região Sudeste, mesmo tendo experimentando taxas inferiores que as demais, ainda é a região que mais cria novas vagas de emprego formal no país. Saliente-se que de 2002 a 2013 o Nordeste expandiu sua participação de novas vagas de trabalho no país de 16,94% para 18,2%. Por sua vez, o Ceará aumentou sua participação de 2,77% em 2002 para 3,06% do total de empregos formais do país, mantendo ainda sua posição no ranking no 10º lugar. Já na comparação com a região Nordeste o Ceará que participava com 16,33% em 2002 passou a participar com 16,76% do total de vínculos formais em 2013, mantendo ainda sua posição no ranking no 3º lugar, dentro da região. A região metropolitana de Fortaleza que concentrava 68,37% dos empregos formais em 2002 reduziu levemente essa participação para 68,14%, revelando que apesar de todos os esforços de interiorização do desenvolvimento não ocorreu nenhuma desconcentração dos empregos do estado. Dos 184 municípios cearenses, cinco concentraram 66,6% do estoque de empregos formais no ano de 2013: Fortaleza (53,89%), Maracanaú (3,88%), Sobral (3,38%), Eusébio (3,06%) e Juazeiro do Norte (2,4%). Na análise setorial nota-se ainda a elevada participação dos setores de serviços e comércio, atividades essas em grande parte formada por pessoas de baixa qualificação, o que tem refletido em boa parte a baixa remuneração paga nesses setores.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da década de 2000, a economia cearense refletiu diversos aspectos da economia nacional, mas diferentemente do âmbito nacional, a economia baiana vem apresentando taxas de crescimento consideráveis, motivadas, principalmente, pelos investimentos e pela dinâmica dos setores de serviços e da construção civil.

O mercado de trabalho cumpre um papel de extrema importância ao refletir diversos aspectos econômicos e sociais no País. Após a mensuração direta da produção através do Produto Interno Bruto e do Valor Adicionado para cada setor, a análise do mercado de trabalho constitui a principal alternativa para avaliar o nível de atividade econômica de uma região ou estado.

Com o objetivo de retratar o mercado formal de trabalho cearense a partir do ano de 2002, o presente capítulo apresenta uma análise dos principais indicadores relacionados a essa atividade econômica.

Para isso serão utilizados dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) divulgados anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que é uma fonte essencial de informações para análise estrutural do mercado de trabalho formal brasileiro.

Este registro administrativo é considerado por muitos um dos principais pilares do sistema estatístico de emprego do País, capaz de subsidiar diagnósticos e fundamentar políticas de emprego e renda, possibilitando estudos que buscam reverter quadros extremamente desfavoráveis ao crescimento e à inclusão social.

Os dados da RAIS provêm de fontes fidedignas dado que são fornecidos compulsoriamente pelos próprios empregadores, dentro de prazos legais de entrega da declaração pré-estabelecidos. Todos os estabelecimentos sejam eles públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos, independente do porte ou da natureza jurídica devem fornecer ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) as informações referentes a cada um de seus empregados, de acordo com o Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Sendo assim, a RAIS constitui praticamente um censo anual do mercado de trabalho formal no Brasil.

O Ministério do Trabalho e Emprego vem construindo, desenvolvendo e aprimorando, em conjunto com a sociedade, essa importante base de dados nos últimos quarenta anos que são utilizados para acompanhamento da atividade trabalhista no País, para o controle de contribuições e benefícios, além de gerar insumos para a análise estatística do mercado de trabalho formal.

Esses dados permitiram uma análise da dinâmica dessa importante variável econômica chamada emprego nas suas mais variadas dimensões. Abordou-se inicialmente a distribuição regional, quando serão observadas as regiões que registraram os maiores crescimentos e as regiões que mais ganharam e perderam participação no cenário nacional, cuja análise também será feita em nível de estados.

Após, foi também feito uma análise da distribuição setorial dos vínculos formais de trabalho quando foram abordados oito setores do IBGE. Pode-se também conhecer, após essa análise, quais foram os setores que mais cresceram, quais registraram as maiores participações, quais ganharam e perderam participações entre os anos investigados e por fim, quais deram as maiores contribuições para o avanço do emprego formal no referido estado.

Depois foram analisadas algumas características dos indivíduos com vínculos formais de trabalho, tais como: sexo do trabalhador, faixa etária, nacionalidade, escolaridade após 2005, faixa de horas contratadas, faixa de remuneração de dezembro em número de salários mínimos e tipo de vínculo.

Ademais, foram analisadas a evolução e a distribuição dos rendimentos médios pagos no mês de dezembro aos trabalhadores formais pelas seguintes categorias: por sexo do trabalhador, por setores do IBGE e pela formação dos indivíduos através da escolaridade após 2005.

Por fim, vale dizer que a análise conjunta de diversos indicadores relacionados ao trabalho podem refletir diversos fatores sociais, econômicos, geográficos, e até institucionais relacionadas a características específicas de cada região ou estado.

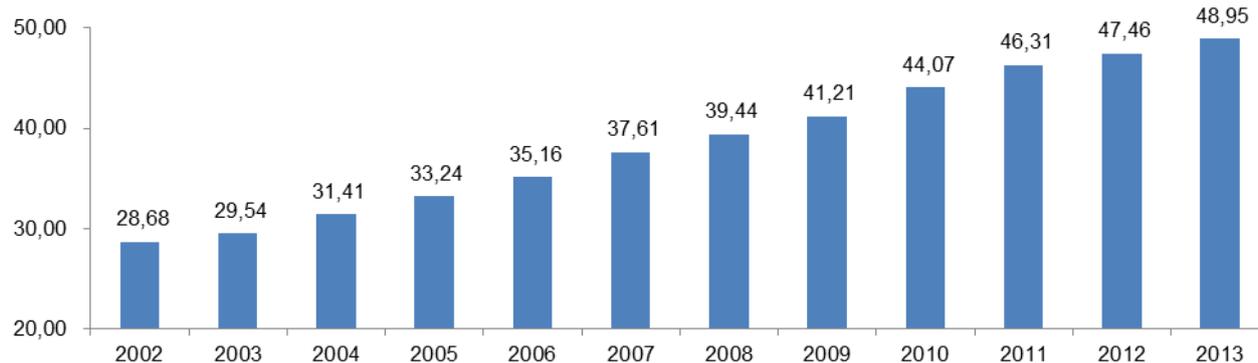
2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS EMPREGOS FORMAIS

Será realizado nesta seção uma análise da distribuição espacial do estoque de empregos formais existentes no país e sua distribuição por regiões e estados para se compreender em que regiões e estados estão concentrados a maioria desse tipo de posto de trabalho.

2.1 Evolução dos Empregos Formais no Brasil

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) o estoque de empregos existentes no país no ano de 2002 totalizava 28.683.913 postos. Esse número cresceu significativamente até 2013 quando passou a totalizar o montante de 48.948.433 postos, ou seja, um crescimento de 70,65% entre os dois anos o que significou um ganho de 20.264.520 novos postos de trabalho formais. (Gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução do Estoque de Empregos Formais - Brasil - 2002 a 2013 (Por Milhões)



Fonte: RAIS-MTE.

2.2 Evolução dos Empregos Formais por Regiões e Estados

Ao se realizar uma análise regionalizada percebe-se que todas as regiões registraram crescimento no estoque formal de empregos no mesmo período. Em termos relativos a região Norte se destaca por apresentar o maior crescimento igual a 111,57%, seguida pela região Nordeste (+83,70%), Centro-Oeste (+82,47%), Sul (+65,80%) e Sudeste (+62,76%).

Ao se analisar a geração de novos postos de trabalho formal, a região Sudeste se sobressai com 9.494.527 novos postos de trabalho, seguida pelas regiões Nordeste (+4.067.313 postos), Sul (+3.339.643 postos), Centro-Oeste (+1.916.386 postos) e por fim a região Norte (+1.446.651 postos).

Vale destacar que a região Nordeste é a que possui o maior número de estados, totalizando nove estados, seguida pela região Norte com sete, as regiões Centro-Oeste e Sudeste com quatro cada e pela região Sul que possui apenas três estados.

Apesar do menor crescimento percentual a região Sudeste foi a que deu a maior contribuição na geração de novas vagas de trabalho formal no país entre os anos de 2002 e 2013 com 9.494.527 novos postos de trabalho tendo registrado uma participação no incremento de novas vagas de 46,85%, ou seja, de cada 100 novos empregos gerados no país 47 deles foram gerados na região Sudeste. Em seguida temos a Região Nordeste (+4.067.313 vagas e 20,07%); Sul (3.339.463 vagas e 16,48%); Centro-Oeste (1.916.386 vagas e 9,46%) e a Norte (1.446.651 vagas e 7,14%).

O resultado das mudanças na dinâmica regional do emprego formal refletiu-se diretamente nas participações relativas do estoque de empregos formais de cada região do país entre os anos de 2002 e 2013.

Três das cinco regiões analisadas ganharam participação relativa. A região Nordeste passou de 16,94% para 18,24%; a Norte, de 4,52% para 5,60%; e a Centro-Oeste, de 8,10% para 8,66%, todas ordenadas pelos maiores ganhos que foram de 1,30 p.p.; 1,08 p.p; e 0,56 p.p. Já a região Sul passou de 17,70% para 17,19% e a Sudeste passou de 52,74% para 50,30%, sendo as duas a apresentar perda de participação. (Tabela 1).

Tabela 1: Evolução do Estoque de Empregos Formais - Regiões - 2002 a 2013

Anos	Regiões									
	Norte	Part. (%)	Nordeste	Part. (%)	Sudeste	Part. (%)	Sul	Part. (%)	Centro-Oeste	Part. (%)
2002	1.296.597	4,52%	4.859.397	16,94%	15.128.474	52,74%	5.075.659	17,70%	2.323.786	8,10%
2003	1.379.761	4,67%	5.095.390	17,25%	15.396.672	52,11%	5.256.600	17,79%	2.416.504	8,18%
2004	1.529.195	4,87%	5.394.730	17,18%	16.259.719	51,77%	5.632.349	17,93%	2.591.583	8,25%
2005	1.650.837	4,97%	5.808.590	17,48%	17.201.452	51,75%	5.831.790	17,55%	2.745.948	8,26%
2006	1.792.126	5,10%	6.185.903	17,60%	18.140.168	51,60%	6.170.491	17,55%	2.866.561	8,15%
2007	1.954.641	5,20%	6.567.837	17,46%	19.532.512	51,94%	6.502.575	17,29%	3.049.865	8,11%
2008	2.080.009	5,27%	6.948.709	17,62%	20.386.019	51,69%	6.802.842	17,25%	3.223.987	8,17%
2009	2.191.265	5,32%	7.422.186	18,01%	21.098.135	51,20%	7.078.443	17,18%	3.417.517	8,29%
2010	2.408.182	5,46%	8.010.839	18,18%	22.460.999	50,97%	7.557.531	17,15%	3.630.804	8,24%
2011	2.562.748	5,53%	8.481.080	18,31%	23.514.877	50,78%	7.902.443	17,06%	3.849.483	8,31%
2012	2.622.185	5,53%	8.613.556	18,15%	24.099.808	50,78%	8.129.698	17,13%	3.993.465	8,41%
2013	2.743.248	5,60%	8.926.710	18,24%	24.623.001	50,30%	8.415.302	17,19%	4.240.172	8,66%

Fonte: RAIS-MTE.

Conclui-se, então, que ocorreu uma mudança na distribuição nacional dos empregos formais levemente a favor das regiões mais pobres, com a região Sudeste ainda em primeiro lugar no ranking, vindo agora a região Nordeste em segundo lugar, a Sul na terceira colocação e para fechar as regiões Centro-Oeste e Norte. (Tabela 1).

Na análise por estados, pôde-se observar que entre os anos de 2002 e 2013, vinte deles registraram crescimento superior a média nacional na comparação desses dois anos, sendo que os maiores avanços, em termos relativos, foram observados nos estados de Roraima (+227,62%); Amapá (+126,47%); Amazonas (+121,21%); Maranhão (+118,68%); e Rondônia (+112,17%), seguido pelos estados de Mato Grosso (+109,12%), Pará (+106,05%), Rio Grande do Norte (+93,64%); Tocantins (+93,31%); e Goiás (+93,15%).

Tabela 2: Evolução do Estoque de Empregos Formais - Estados - 2002 e 2013

Unidade da Federação	2002			2013			Var.(%)
	Número	Part.(%)	Ranking	Número	Part.(%)	Ranking	
São Paulo	8.608.048	30,01	1º	14.024.340	28,65	1º	62,92
Minas Gerais	3.046.362	10,62	2º	5.057.080	10,33	2º	66,00
Rio de Janeiro	2.922.463	10,19	3º	4.586.790	9,37	3º	56,95
Paraná	1.812.631	6,32	5º	3.121.384	6,38	4º	72,20
Rio Grande do Sul	2.027.416	7,07	4º	3.082.991	6,30	5º	52,07
Bahia	1.309.717	4,57	6º	2.314.907	4,73	6º	76,75
Santa Catarina	1.235.612	4,31	7º	2.210.927	4,52	7º	78,93
Pernambuco	943.895	3,29	8º	1.758.482	3,59	8º	86,30
Goiás	781.443	2,72	11º	1.509.395	3,08	9º	93,15
Ceará	793.312	2,77	10º	1.495.923	3,06	10º	88,57
Distrito Federal	813.591	2,84	9º	1.302.284	2,66	11º	60,07
Pará	546.251	1,90	13º	1.125.536	2,30	12º	106,05
Espírito Santo	551.601	1,92	12º	954.791	1,95	13º	73,09
Mato Grosso	379.152	1,32	14º	792.868	1,62	14º	109,12
Maranhão	329.935	1,15	17º	721.490	1,47	15º	118,68
Paraíba	375.537	1,31	15º	659.242	1,35	16º	75,55
Amazonas	291.315	1,02	20º	644.411	1,32	17º	121,21
Mato Grosso do Sul	349.600	1,22	16º	635.625	1,30	18º	81,81
Rio Grande do Norte	318.971	1,11	18º	617.645	1,26	19º	93,64
Alagoas	311.780	1,09	19º	509.125	1,04	20º	63,30
Piauí	236.945	0,83	22º	444.121	0,91	21º	87,44
Sergipe	239.305	0,83	21º	405.775	0,83	22º	69,56
Rondônia	173.276	0,60	23º	367.645	0,75	23º	112,17
Tocantins	133.227	0,46	24º	257.536	0,53	24º	93,31
Acre	68.439	0,24	25º	129.232	0,26	25º	88,83
Amapá	55.960	0,20	26º	126.731	0,26	26º	126,47
Roraima	28.129	0,10	27º	92.157	0,19	27º	227,62
Brasil	28.683.913	100,00	---	48.948.433	100,00	---	70,65

Fonte: RAIS-MTE.

No tocante a geração de novos postos de emprego formal entre os anos de 2002 e 2013, São Paulo (+5.416.292 novos postos); Minas Gerais (+2.010.718 novos postos); Rio de Janeiro (+1.664.327 novos postos) foram os estados que deram os maiores saltos, novamente todos da região Sudeste do país. Em seguida veio Paraná (+1.308.753 novos postos); Rio Grande do Sul (+1.055.575 novos postos); Bahia (+1.005.190 novos postos); Santa Catarina (+975.315 novos postos); Pernambuco (+814.587 novos postos); Goiás (+727.952 novos postos); e Ceará (+702.611 novos postos) para fechar os dez maiores. (Tabela 2).

Com esses avanços as participações dos estados no estoque total de empregos formais do país entre os anos de 2002 e 2013 também sofreu mudanças: São Paulo (De 30,01% para 28,65%); Minas Gerais (De 10,62% para 10,33%); Rio de Janeiro (De 10,19% para 9,37%); Rio Grande do Sul (De 7,07% para 6,30%) para citar alguns exemplos de perda de participação. Paraná (De 6,32% para

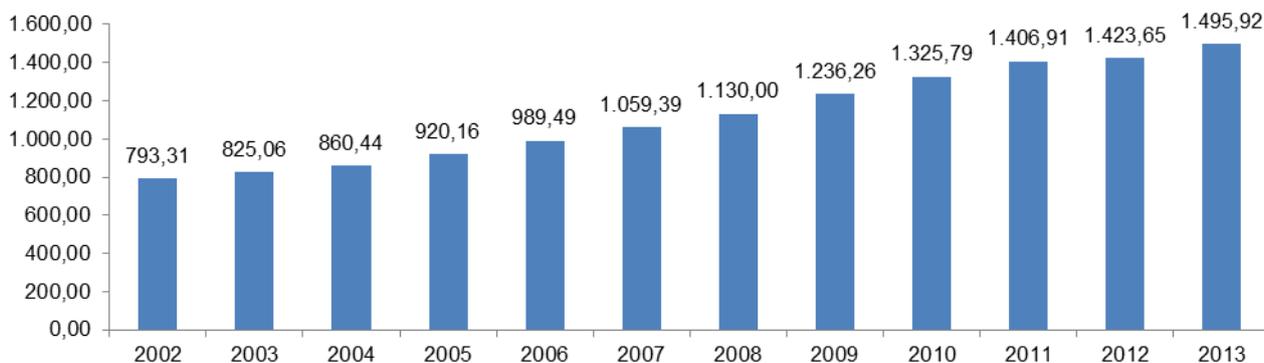
6,38%); Bahia (De 4,57% para 4,73%); Santa Catarina (De 4,31% para 4,52%); Pernambuco (De 3,29% para 3,59%); Distrito Federal (De 2,84% para 2,66%).

Por fim, nota-se que vinte estados registraram aumento de participação no estoque de empregos formais com os maiores ganhos sendo observados no Pará (+0,4 p.p); Goiás (+0,36 p.p); Maranhão (+0,32 p.p); Pernambuco (+0,30 p.p); Amazonas (+0,30 p.p); Mato Grosso (+0,30 p.p) e Ceará (+0,29 p.p). E do outro lado, São Paulo (-1,36 p.p); Rio de Janeiro (-0,82 p.p); Rio Grande do Sul (-0,77 p.p); Minas Gerais (-0,29 p.p); Distrito Federal (-0,18 p.p); Alagoas (-0,05 p.p) e Sergipe (-0,01 p.p) registraram perda de participação no total de empregos formais nacionais entre os anos de 2002 e 2013.

2.3 Evolução dos Empregos Formais no Ceará

Agora, analisando-se a dinâmica dos empregos formais no estado do Ceará pode-se observar que em 2002 o estado contava com um estoque de 793.312 postos, tendo aumentado significativamente esse número para 1.495.923 postos em 2013. Isso representou um crescimento de 88,57%, acima da média nacional que foi de 70,65% e uma geração de 702.611 novos postos de trabalho formal entre os dois anos analisados. (Gráfico 2).

Gráfico 2: Evolução do Estoque de Empregos Formais - Ceará - 2002 a 2013 (Por Mil)



Fonte: RAIS-MTE.

Pela análise da Tabela 3, abaixo, é possível se ter uma ideia da distribuição espacial dos empregos formais no território cearense. Nota-se que esse tipo de emprego está fortemente concentrado em apenas uma região. A mesorregião Noroeste Cearense registra a segunda colocação com participação de 8,95% dos empregos, sendo seguida pelas Mesorregiões Sul Cearense, Norte Cearense, Jaguaribe, Sertões Cearenses e por fim, a mesorregião mais carente do estado que é a Centro-Sul Cearense que

registrou participação de apenas 2,16% do total de empregos formais, totalizando somente 32.297 postos de trabalho. Um fator que chama atenção é que todas as mesorregiões registraram aumento no estoque de empregos com quatro delas ganhando participação: Noroeste Cearense, Sul Cearense, Sertões Cearenses e Jaguaribe.

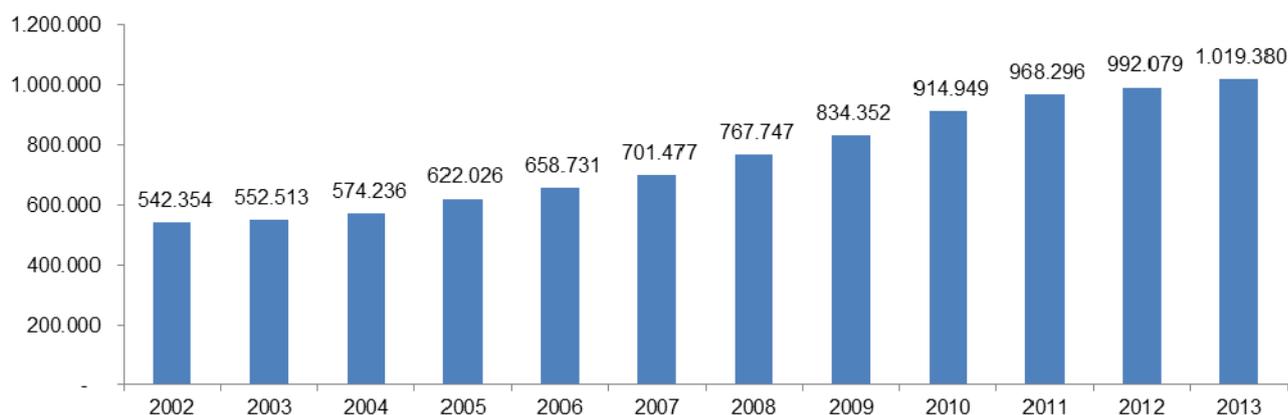
Tabela 3: Evolução do Estoque de Empregos Formais por Mesorregião - Ceará - 2002 a 2013

Mesorregião	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
Noroeste Cearense	64.754	8,16	2	133.873	8,95	2	106,74
Norte Cearense	56.940	7,18	3	93.067	6,22	4	63,45
Metropolitana de Fortaleza	538.845	67,92	1	1.009.245	67,47	1	87,30
Sertões Cearenses	29.274	3,69	6	57.779	3,86	6	97,37
Jaguaribe	32.193	4,06	5	62.469	4,18	5	94,05
Centro-Sul Cearense	18.045	2,27	7	32.297	2,16	7	78,98
Sul Cearense	53.261	6,71	4	107.193	7,17	3	101,26
Total	793.312	100,00	---	1.495.923	100,00	---	88,57

Fonte: RAIS-ME.

A Região Metropolitana de Fortaleza também registrou um crescimento significativo no estoque de empregos formais, passando de 542.354 postos, em 2002, para 1.019.380 postos, em 2013. Isso representou um crescimento de 87,95%, levemente abaixo do registrado pelo estado do Ceará, mas também acima da média nacional, resultando em um incremento de 477.026 novos postos de trabalho entre os dois anos.

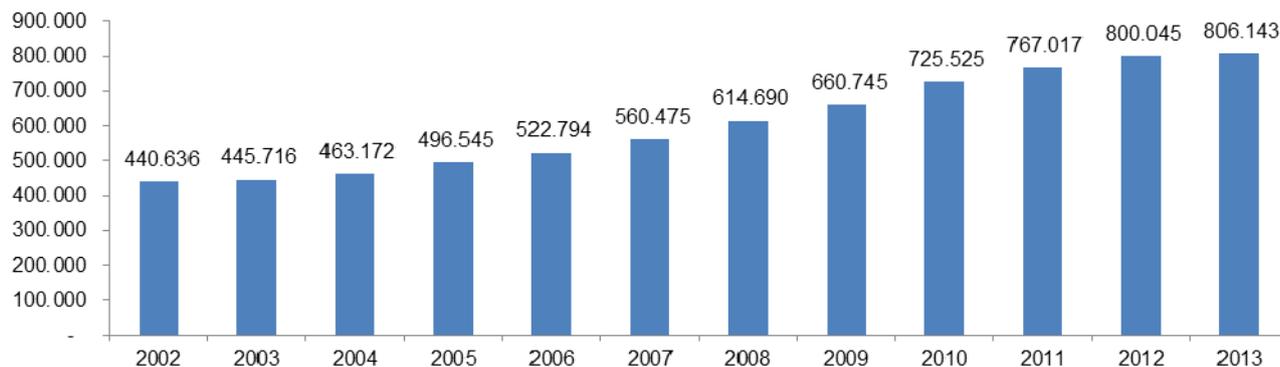
Gráfico 3: Evolução do Estoque de Empregos Formais - RMF - 2002 a 2013



Fonte: RAIS-MTE.

A capital do estado que possuía 440.636 postos em 2002 passou a contar com 806.143 postos em 2013, ou seja, registrou um avanço de 82,95%, e um incremento de 365.507 novos postos de trabalho sendo, portanto, a maior responsável pelo aumento do número de postos de trabalho na região metropolitana da qual ela faz parte.

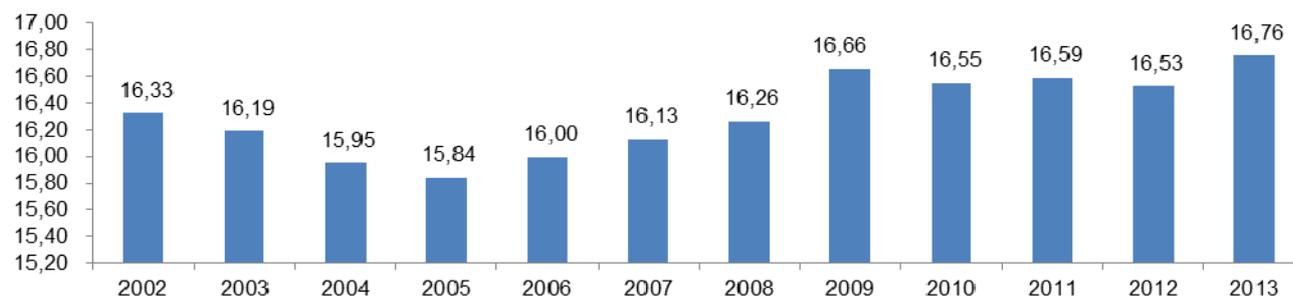
Gráfico 4: Evolução do Estoque de Empregos Formais - Fortaleza - 2002 a 2013



Fonte: RAIS-MTE.

Como resultado da dinâmica dos empregos formais registrada no estado pôde-se observar um ganho de participação relativa na região Nordeste. Em 2002, o estado do Ceará participou com 16,33%, passando para 16,76% dos empregos formais em 2013. Ou seja, a maior participação na série. (Gráfico 5).

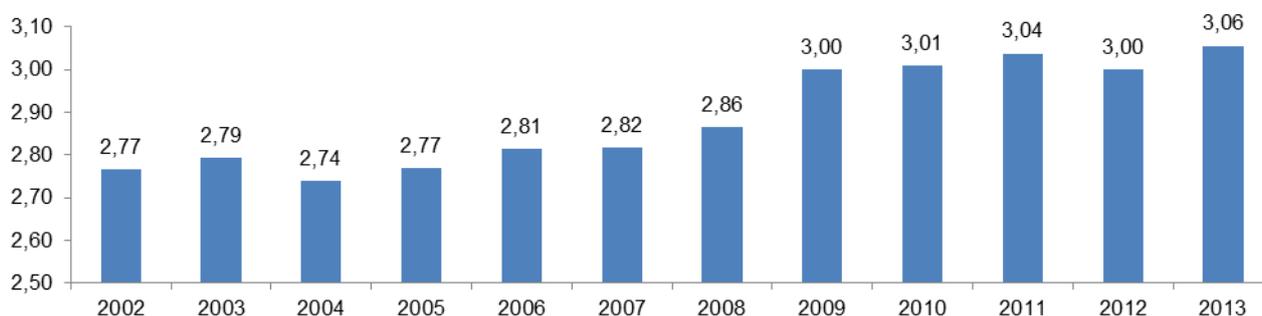
Gráfico 5: Evolução da Participação do Estoque de Empregos Formais - CE/NE - 2002 a 2013 (%)



Fonte: RAIS-MTE.

Esse bom resultado também foi observado em relação ao país, cuja participação era de 2,77% em 2002 passando para 3,06% em 2013. Ou seja, também a maior participação na série. (Gráfico 6).

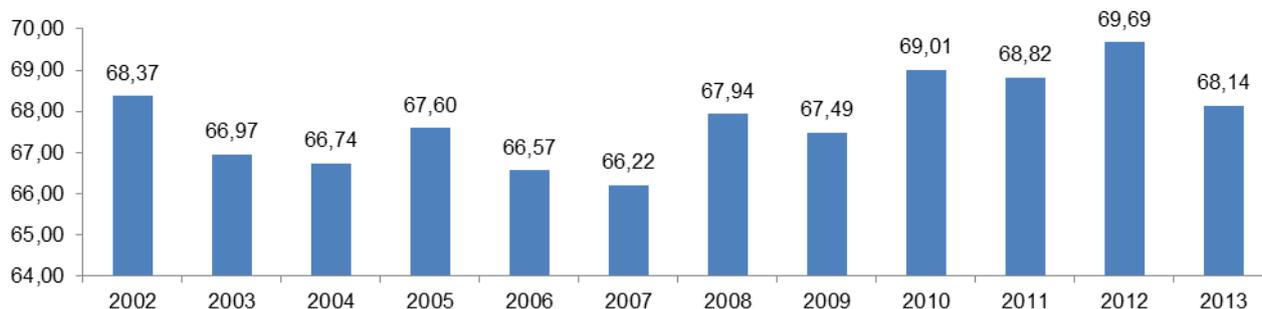
Gráfico 6: Evolução da Participação do Estoque de Empregos Formais - CE/BR - 2002 a 2013 (%)



Fonte: RAIS-MTE.

Pela análise do Gráfico 7 é possível observar que ainda é bastante significativa a participação da Região Metropolitana de Fortaleza no total do estoque de empregos formais do estado do Ceará. Em 2002, essa participação era de 68,37%, caindo levemente para 68,14% em 2013.

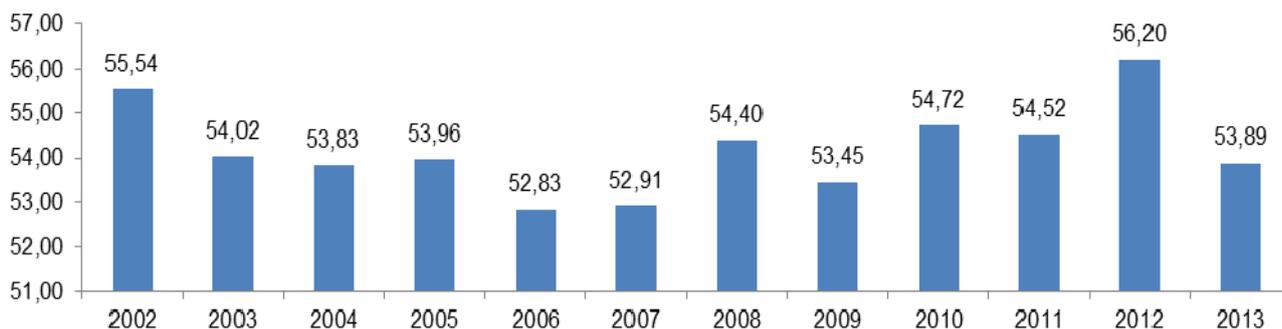
Gráfico 7: Evolução da Participação do Estoque de Empregos Formais - RMF/CE - 2002 a 2013 (%)



Fonte: RAIS-MTE.

No Gráfico 8 é possível notar que a elevada participação da Região Metropolitana de Fortaleza deve-se principalmente a elevada participação da capital Fortaleza que em 2002 respondia por 55,54% dos empregos formais, passando a responder por 53,89% em 2003. Diante o exposto é possível concluir que ocorreu uma tímida desconcentração dos empregos formais a favor de outros municípios mas que boa parte deles ainda encontram-se dentro da região metropolitana.

Gráfico 8: Evolução da Participação do Estoque de Empregos Formais - Fortaleza/CE - 2002 a 2013 (%)



Fonte: RAIS-MTE.

As tabelas 4 e 5 mostram os vinte municípios com maiores e menores estoques de empregos formais no estado do Ceará. Dentre os vinte maiores destacam: Fortaleza que concentra 53,89% dos empregos formais do estado do Ceará, seguido por Maracanaú (3,88%), Sobral (3,38%), Juazeiro do Norte (3,06%) e Eusébio (2,40%) para citar os cinco maiores.

Tabela 4: Evolução dos Vinte Municípios com Maior Estoque de Empregos Formais - Ceará - 2002 a 2013

Município	2002			2013			Var.(%)
	Estoque	Part.(%)	Rank.	Estoque	Part.(%)	Rank.	
Fortaleza	440.636	55,54	1	806.143	53,89	1	82,95
Maracanaú	27.318	3,44	2	57.996	3,88	2	112,30
Sobral	27.251	3,44	3	50.489	3,38	3	85,27
Juazeiro	19.468	2,45	5	45.761	3,06	4	135,06
Eusébio	23.291	2,94	4	35.937	2,40	5	54,30
Caucaia	12.169	1,53	7	34.608	2,31	6	184,39
Crato	12.254	1,54	6	21.602	1,44	7	76,29
Horizonte	9.562	1,21	9	19.184	1,28	8	100,63
Aquiraz	5.296	0,67	15	16.813	1,12	9	217,47
Iguatu	8.471	1,07	10	14.220	0,95	10	67,87
Maranguape	10.876	1,37	8	13.086	0,87	11	20,32
Russas	3.160	0,40	27	12.063	0,81	12	281,74
Quixadá	4.237	0,53	17	10.222	0,68	13	141,26
Aracati	5.696	0,72	14	9.845	0,66	14	72,84
Itapipoca	5.828	0,73	13	9.418	0,63	15	61,60
Pacajus	3.676	0,46	19	9.381	0,63	16	155,20
Barbalha	4.028	0,51	18	8.805	0,59	17	118,59
São Gonçalo do Amarante	1.973	0,25	32	8.674	0,58	18	339,64
Pacatuba	3.640	0,46	21	8.546	0,57	19	134,78
Cascavel	6.252	0,79	12	8.028	0,54	20	28,41
Subtotal	635.082	80,05	---	1.200.821	80,27	---	89,08
Total	793.312	100,00	---	1.495.923	100,00	---	88,57

Fonte: RAIS-MTE.

Já dentre os municípios com menor número de empregos formais destacam-se: Auiaba (70 postos), Baixo (324 postos), Umari (389 postos), Potiretama (412 postos) e Porteiras (444 postos).

Tabela 5: Evolução dos Vinte Municípios com Menor Estoque de Empregos Formais - Ceará - 2002 a 2013

Município	2002			2013			Var.(%)
	Estoque	Part.(%)	Rank.	Estoque	Part.(%)	Rank.	
Altaneira	259	0,03	174	581	0,04	165	124,32
Catunda	453	0,06	140	581	0,04	165	28,26
Moraújo	288	0,04	170	559	0,04	167	94,10
Granjeiro	239	0,03	176	558	0,04	168	133,47
Deputado Irapuã Pinheiro	289	0,04	169	555	0,04	169	92,04
Ipaporanga	389	0,05	152	538	0,04	170	38,30
Itaiçaba	484	0,06	130	532	0,04	171	9,92
Ererê	290	0,04	168	531	0,04	172	83,10
São Gonçalo do Amarante	310	0,04	166	525	0,04	173	69,35
Pires Ferreira	202	0,03	182	516	0,03	174	155,45
Pacujá	391	0,05	151	511	0,03	175	30,69
Tarrafas	1.000	0,13	73	507	0,03	176	-49,30
Arneiroz	279	0,04	172	497	0,03	177	78,14
Antonina do Norte	448	0,06	141	472	0,03	178	5,36
Senador Sá	261	0,03	173	463	0,03	179	77,39
Porteiras	507	0,06	124	444	0,03	180	-12,43
Potiretama	225	0,03	179	412	0,03	181	83,11
Umari	322	0,04	163	389	0,03	182	20,81
Baixio	245	0,03	175	324	0,02	183	32,24
Aiuba	397	0,05	149	70	0,00	184	-82,37
Subtotal	7.278	0,92	---	9.565	0,64	---	31,42
Total	793.312	100,00	---	1.495.923	100,00	---	88,57

Fonte: RAIS-MTE.

3. ANÁLISE SETORIAL DOS EMPREGOS FORMAIS NO CEARÁ

Para se fazer uma análise da distribuição dos empregos formais por setores iniciaremos pela composição do país, depois da região Nordeste e por fim do estado.

Em 2002, a participação agregada do setor de Serviços era de 72,50% (dado pela soma das participações dos setores de Comércio (16,83%), Serviços (32,01%) e Administração Pública (23,66%)), do agregado da Indústria era de 23,53% (dado pela soma das participações dos setores da indústria Extrativa Mineral (0,43%), Indústria de Transformação (18,16%), SIUP (1,08%) e Construção Civil (3,86%)) e do agregado da Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca era de 3,97%.

Em 2013, essas participações sofreram algumas mudanças quando a participação agregada do setor de Serviços passou a ser de 72,68% (dado pela soma das participações dos setores de Comércio (19,43%), Serviços (34,17%) e Administração Pública (19,08%)), do agregado da Indústria passou a ser de 24,29% (dado pela soma das participações dos setores da indústria Extrativa Mineral (0,53%), Indústria de Transformação (16,94%), SIUP (0,91%) e Construção Civil (5,91%)) e do agregado da Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca era de 3,02%.

Dois setores registraram forte crescimento no estoque total de empregos formais entre os anos de 2002 e 2013, acima dos cem pontos percentuais: Construção Civil (161,45%) e Extrativa Mineral (112,85%). Todavia, em termos de incremento absoluto, o grande destaque foi o setor de Serviços que gerou 7.543.461 novas vagas entre os dois anos, seguido pelo Comércio (+4.684.561 vagas) e pela Indústria de Transformação (+3.082.965 vagas). A Administração Pública gerou +2.553.107 vagas e a Construção Civil gerou +1.786.207 vagas.

Tabela 6: Evolução do Estoque de Empregos Formais por Setores do IBGE - Brasil - 2002 e 2013

IBGE Setor	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
1 - Extrativa mineral	122.801	0,43	8	261.383	0,53	8	112,85
2 - Indústria de transformação	5.209.774	18,16	3	8.292.739	16,94	4	59,18
3 - Serviços industriais de utilidade pública	310.366	1,08	7	444.674	0,91	7	43,27
4 - Construção Civil	1.106.350	3,86	6	2.892.557	5,91	5	161,45
5 - Comércio	4.826.533	16,83	4	9.511.094	19,43	2	97,06
6 - Serviços	9.182.552	32,01	1	16.726.013	34,17	1	82,15
7 - Administração Pública	6.787.302	23,66	2	9.340.409	19,08	3	37,62
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.138.235	3,97	5	1.479.564	3,02	6	29,99
Total	28.683.913	100,00	---	48.948.433	100,00	---	70,65

Fonte: RAIS-MTE.

Como consequência, quatro setores registram ganho de participação entre esses dois anos foram: Comércio (+2,60 p.p.); Serviços (+2,16 p.p.); Construção Civil (+2,05 p.p.); Extrativa Mineral (+0,11 p.p.). Os outros quatro registraram perda de participação: Administração Pública (-4,58 p.p.); Indústria de Transformação (-1,22 p.p.); Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (-0,95 p.p.) e SIUP (-0,17 p.p.).

Já na região Nordeste a participação agregada do setor de Serviços era de 76,58% (dado pela soma das participações dos setores de Comércio (14,65%), Serviços (27,41%) e Administração Pública (34,52%)), do agregado da Indústria era de 19,39% (dado pela soma das participações dos setores da indústria Extrativa Mineral (0,49%), Indústria de Transformação (13,30%), SIUP (1,30%) e Construção Civil (4,29%)) e do agregado da Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca era de 4,02%.

Em 2013, essas participações sofreram algumas mudanças quando a participação agregada do setor de Serviços passou a ser de 76,36% (dado pela soma das participações dos setores de Comércio (18,17%), Serviços (29,94%) e Administração Pública (28,25%)), do agregado da Indústria passou a ser de 20,97% (dado pela soma das participações dos setores da indústria Extrativa Mineral (0,50%),

Indústria de Transformação (12,25%), SIUP (0,96%) e Construção Civil (7,27%)) e do agregado da Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca era de 2,67%.

Três setores registraram forte crescimento no estoque total de empregos formais entre os anos de 2002 e 2013, acima dos cem pontos percentuais: Construção Civil (211,26%), Comércio (127,73%) e Serviços (100,66%). Todavia, em termos de incremento absoluto, o grande destaque foi também o setor de Serviços que gerou 1.340.595 novas vagas entre os dois anos, seguido pelo Comércio (+909.646 vagas), Administração Pública (+844.547 vagas), Indústria de Transformação (+446.655 vagas) e Construção Civil (+440.449 vagas).

Tabela 7: Evolução do Estoque de Empregos Formais por Setores do IBGE - Nordeste - 2002 e 2013

IBGE Setor	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
1 - Extrativa mineral	23.919	0,49	8	44.355	0,50	8	85,44
2 - Indústria de transformação	646.507	13,30	4	1.093.162	12,25	4	69,09
3 - Serviços industriais de utilidade pública	63.366	1,30	7	85.254	0,96	7	34,54
4 - Construção Civil	208.486	4,29	5	648.935	7,27	5	211,26
5 - Comércio	712.138	14,65	3	1.621.784	18,17	3	127,73
6 - Serviços	1.331.839	27,41	2	2.672.434	29,94	1	100,66
7 - Administração Pública	1.677.588	34,52	1	2.522.135	28,25	2	50,34
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	195.554	4,02	6	238.651	2,67	6	22,04
Total	4.859.397	100,00	---	8.926.710	100,00	---	83,70

Fonte: RAIS-MTE.

Como consequência, quatro setores registram ganho de participação entre esses dois anos foram: Comércio (+3,51 p.p.); Construção Civil (+2,98 p.p.); Serviços (+2,53 p.p.) e Extrativa Mineral (+0,01 p.p.). Os outros quatro registraram perda de participação: Administração Pública (-6,27 p.p.); Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (-1,35 p.p.); Indústria de Transformação (-1,06 p.p.) e SIUP (-0,35 p.p.).

Focando agora no estado do Ceará a participação agregada do setor de Serviços era de 73,70% (dado pela soma das participações dos setores de Comércio (13,45%), Serviços (29,23%) e Administração Pública (31,02%)), do agregado da Indústria era de 24,26% (dado pela soma das participações dos setores da indústria Extrativa Mineral (0,32%), Indústria de Transformação (19,51%), SIUP (0,88%) e Construção Civil (3,54%)) e do agregado da Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca era de 2,04%.

Em 2013, essas participações sofreram algumas mudanças quando a participação agregada do setor de Serviços passou a ser de 74,21% (dado pela soma das participações dos setores de Comércio (17,38%), Serviços (30,41%) e Administração Pública (26,42%)), do agregado da Indústria passou a

ser de 24,05% (dado pela soma das participações dos setores da indústria Extrativa Mineral (0,24%), Indústria de Transformação (17,64%), SIUP (0,52%) e Construção Civil (5,66%)) e do agregado da Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca era de 1,73%.

Dois setores registraram forte crescimento no estoque total de empregos formais entre os anos de 2002 e 2013, acima dos cem pontos percentuais: Construção Civil (201,33%) e Comércio (143,62%). Todavia, em termos de incremento absoluto, o grande destaque foi novamente o setor de Serviços que gerou 223.071 novas vagas entre os dois anos, seguido pelo Comércio (+153.248 vagas), Administração Pública (+149.158 vagas), Indústria de Transformação (+109.012 vagas) e Construção Civil (+56.537 vagas).

Como consequência, três setores registram ganho de participação entre esses dois anos foram: Comércio (+3,93 p.p.); Construção Civil (+2,12 p.p.); Serviços (+1,18 p.p.). Os outros cinco registraram perda de participação: Administração Pública (-4,60 p.p.); Indústria de Transformação (-1,88 p.p.); SIUP (-0,36 p.p.); Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (-0,30 p.p.); e Extrativa Mineral (-0,08 p.p.).

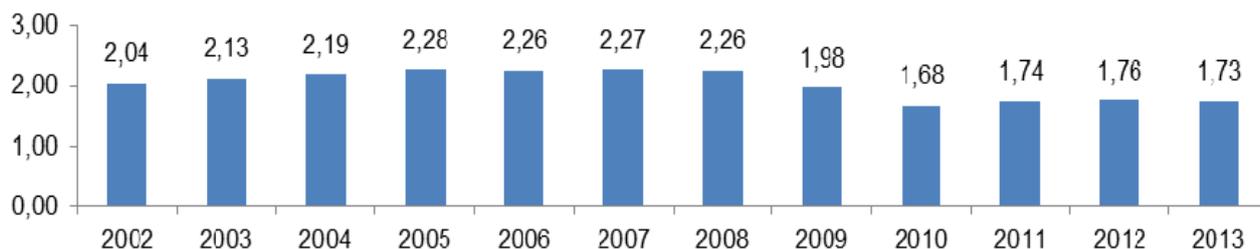
Tabela 8: Evolução do Estoque de Empregos Formais por Setores do IBGE - Ceará - 2002 e 2013

IBGE Setor	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
1 - Extrativa mineral	2.563	0,32	8	3.583	0,24	8	39,80
2 - Indústria de transformação	154.807	19,51	3	263.819	17,64	3	70,42
3 - Serviços industriais de utilidade pública	7.003	0,88	7	7.796	0,52	7	11,32
4 - Construção Civil	28.082	3,54	5	84.619	5,66	5	201,33
5 - Comércio	106.701	13,45	4	259.949	17,38	4	143,62
6 - Serviços	231.888	29,23	2	454.959	30,41	1	96,20
7 - Administração Pública	246.120	31,02	1	395.278	26,42	2	60,60
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	16.148	2,04	6	25.920	1,73	6	60,52
Total	793.312	100,00	---	1.495.923	100,00	---	88,57

Fonte: RAIS-MTE.

De acordo com o Gráfico 9, a participação da Agropecuária no estoque total de empregos formais do estado do Ceará oscilou para cima até 2005, vindo a perder força a partir de então, finalizando a série com apenas 1,73% de participação.

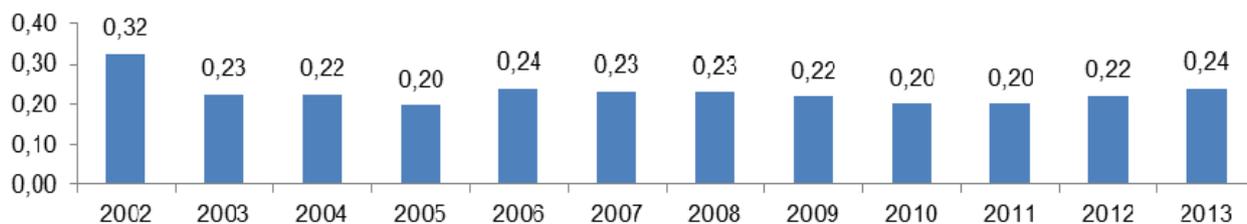
Gráfico 9: Evolução da Participação do Setor da Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Estoque Total de Empregos Formais - Ceará - 2002 a 2013 (%)



Fonte: RAIS-MTE.

Enquanto isso, a participação da Indústria Extrativa Mineral oscilou bastante passando a apresentar tendência de baixa, passando de 0,32% em 2002 para 0,24% em 2013.

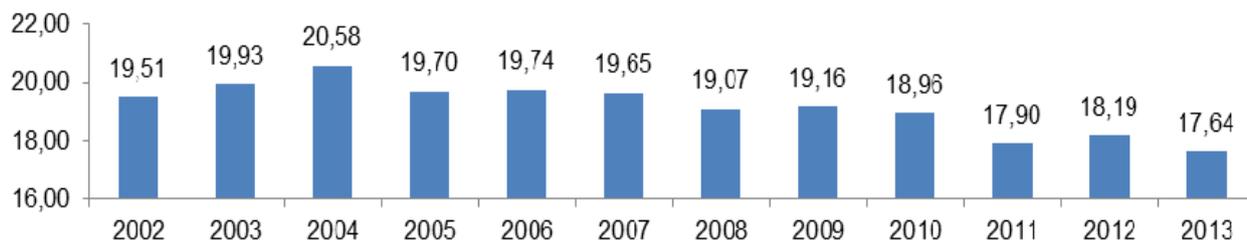
Gráfico 10: Evolução da Participação do Setor da Indústria Extrativa Mineral no Estoque Total de Empregos Formais - Ceará - 2002 a 2013 (%)



Fonte: RAIS-MTE.

A participação da Indústria de Transformação que alcançou seu pico de participação em 2004 de 20,58% vem apresentando perda de participação até 2013 quando registrou a marca de 17,64%.

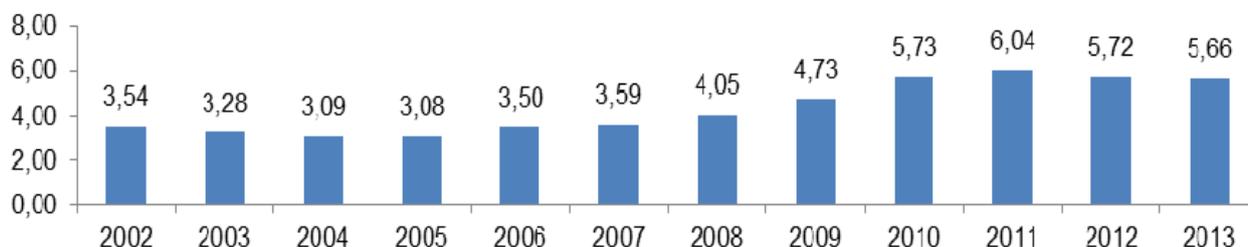
Gráfico 11: Evolução da Participação do Setor da Indústria de Transformação no Estoque Total de Empregos Formais - Ceará - 2002 a 2013 (%)



Fonte: RAIS-MTE.

Diferente dos outros setores, a Indústria da Construção Civil registrou nítido ganho de participação passando de 3,54% em 2002 para 5,66% em 2013, depois de ter alcançado a marca recorde em 2011 de 6,04%.

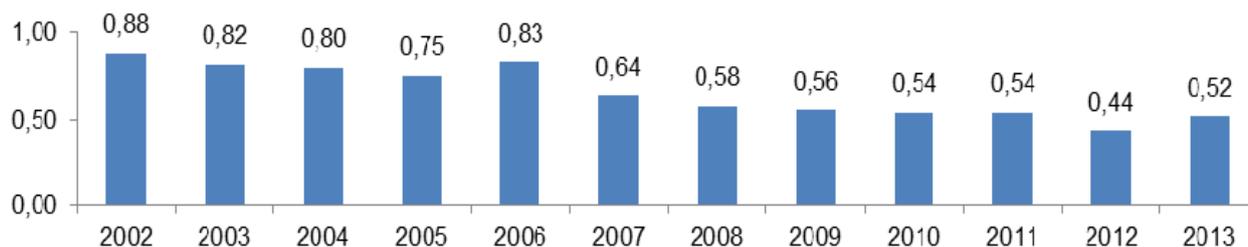
Gráfico 12: Evolução da Participação do Setor da Construção Civil no Estoque Total de Empregos Formais - Ceará - 2002 a 2013 (%)



Fonte: RAIS-MTE.

Já o setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública que em 2002 participava com 0,88% de participação dos empregos formais locais, passou a registrar participação de 0,52%.

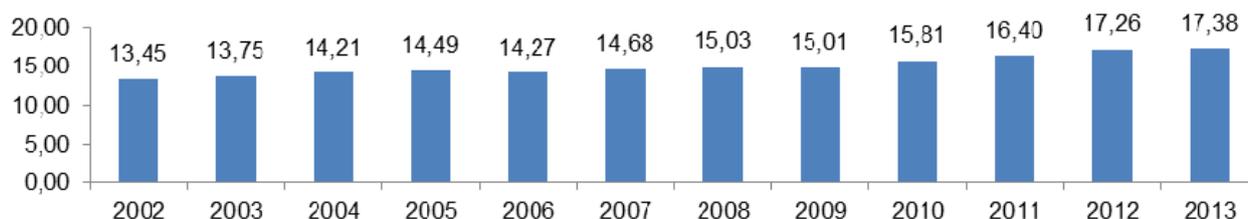
Gráfico 13: Evolução da Participação do Setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) no Estoque Total de Empregos Formais - Ceará - 2002 a 2013 (%)



Fonte: RAIS-MTE.

O Comércio, seguindo a trajetória da Construção Civil, também apresentou ganho de participação passando de 13,45% em 2002 para 17,38% em 2013. Ou seja, o maior ganho em termos de variação percentual.

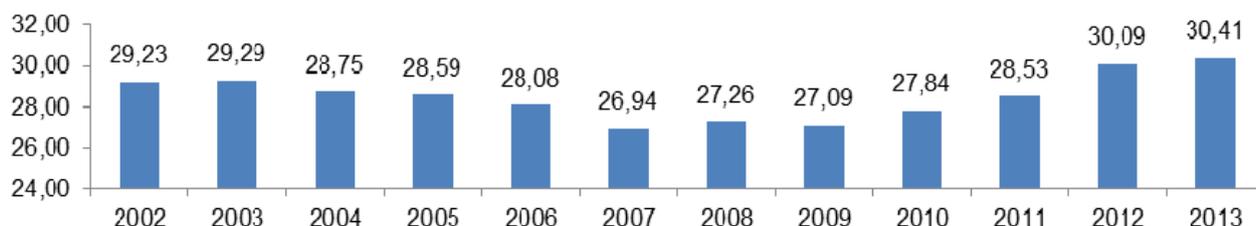
Gráfico 14: Evolução da Participação do Setor do Comércio no Estoque Total de Empregos Formais - Ceará - 2002 a 2013 (%)



Fonte: RAIS-MTE.

O setor de Serviços (exclusive comércio) registrou queda de participação até meados da série, recuperando-se a partir de então e finalizando com participação mais expressiva em 2013 de 30,41%.

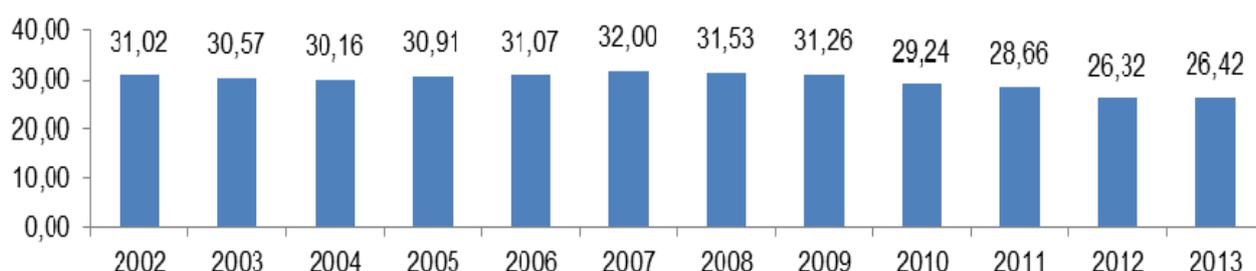
Gráfico 15: Evolução da Participação do Setor de Serviços (Exceto Comércio) no Estoque Total de Empregos Formais - Ceará - 2002 a 2013 (%)



Fonte: RAIS-MTE.

Por fim, o setor da Administração Pública registrou nítida perda de participação passando de 31,02% em 2002 para 26,42% em 2013.

Gráfico 16: Evolução da Participação do Setor da Administração Pública no Estoque Total de Empregos Formais - Ceará - 2002 a 2013 (%)

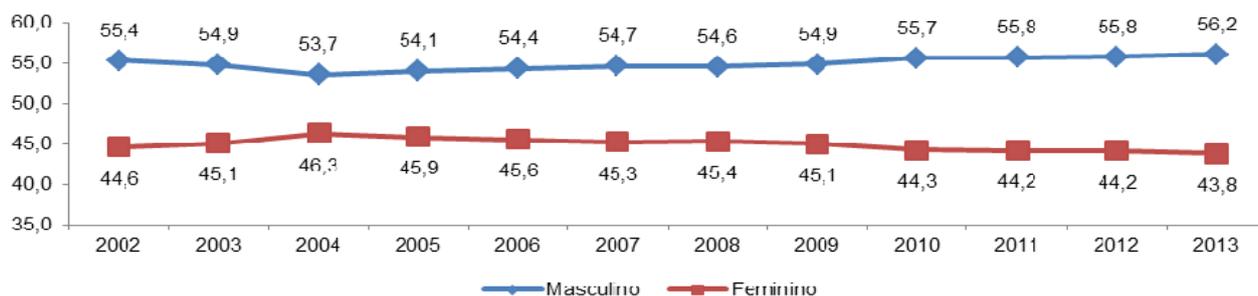


Fonte: RAIS-MTE.

4. ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO INDIVÍDUO NO EMPREGO FORMAL NO ESTADO DO CEARÁ

Nesta seção será feita uma análise considerando as características dos indivíduos empregados no setor formal. De acordo com o Gráfico 17, a diferencial de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho formal do estado do Ceará tem se mantido relativamente constante, com leve aumento de participação a favor dos homens que passaram de 55,4% em 2002 para 56,2% em 2013, ou seja, uma diferença de apenas 0,8 p.p.

Gráfico 17: Evolução da Participação do Estoque de Empregos Formais por Gênero - Ceará - 2002 a 2013 (%)



Fonte: RAIS-MTE.

Pela análise da Tabela 9 é possível conhecer a distribuição dos empregados formais por faixa etária. Nota-se que existe uma grande concentração na faixa de 25 a 49 nove anos perfazendo um total de 68,97% em 2002. Essa participação permaneceu praticamente constante em 2013, igual a 68,38%. Nota-se que a faixa que registrou o maior crescimento no período foi a de 65 anos ou mais devido em parte ao maior envelhecimento da população e a mudanças nas regras da aposentadoria. Todavia, em termos absolutos, o maior incremento ocorreu na faixa entre 30 e 39 anos igual a 214.095 vagas.

Tabela 9: Evolução do Estoque de Empregos Formais por Faixa Etária - Ceará - 2002 a 2013 (%)

Faixa Etária	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
10 A 14	63	0,01	9	30	0,00	8	-52,38
15 A 17	2.528	0,32	7	4.202	0,28	7	66,22
18 A 24	137.831	17,37	3	247.928	16,57	4	79,88
25 A 29	133.374	16,81	4	263.549	17,62	3	97,60
30 A 39	242.347	30,55	1	456.442	30,51	1	88,34
40 A 49	171.460	21,61	2	302.991	20,25	2	76,71
50 A 64	97.037	12,23	5	202.481	13,54	5	108,66
65 OU MAIS	8.286	1,04	6	18.297	1,22	6	120,82
Total	793.312	100,00	---	1.495.923	100,00	---	88,57

Fonte: RAIS-MTE.

Quanto à nacionalidade dos indivíduos empregados percebe-se que no estado do Ceará 99,93% deles são brasileiros e que nesse estado estão presentes apenas 1.087 estrangeiros com algum tipo de vínculo formal de trabalho.

Tabela 10: Evolução do Estoque de Empregos Formais por Nacionalidade - Ceará - 2002 a 2013 (%)

Nacionalidade	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
Brasileira	793.018	99,96	1	1.494.836	99,93	1	88,50
Naturalidade Brasileira	34	0,00	4	68	0,00	5	100,00
Argentina	27	0,00	5	55	0,00	7	103,70
Boliviana	5	0,00	14	13	0,00	20	160,00
Chilena	24	0,00	6	30	0,00	11	25,00
Paraguaia	4	0,00	16	10	0,00	23	150,00
Uruguaia	4	0,00	16	18	0,00	16	350,00
Venezuelano	0	0,00	23	3	0,00	31	---
Colombiano	0	0,00	23	11	0,00	22	---
Peruano	0	0,00	23	25	0,00	13	---
Equatoriano	0	0,00	23	14	0,00	19	---
Alemã	17	0,00	8	22	0,00	14	29,41
Belga	2	0,00	20	4	0,00	29	100,00
Britânica	5	0,00	14	8	0,00	24	60,00
Canadense	3	0,00	18	2	0,00	32	-33,33
Espanhola	11	0,00	12	64	0,00	6	481,82
Norte-Americana	12	0,00	11	30	0,00	11	150,00
Francesa	10	0,00	13	13	0,00	20	30,00
Suíça	2	0,00	20	7	0,00	25	250,00
Italiana	21	0,00	7	43	0,00	9	104,76
Haitiano	0	0,00	23	2	0,00	32	---
Japonesa	3	0,00	18	4	0,00	29	33,33
Chinesa	15	0,00	9	19	0,00	15	26,67
Coreana	0	0,00	23	246	0,02	2	---
Russo	0	0,00	23	0	0,00	34	---
Portuguesa	36	0,00	3	140	0,01	3	288,89
Indiano	0	0,00	23	7	0,00	25	---
Outras Latino-Americanas	15	0,00	9	92	0,01	4	513,33
Outras Asiáticas	2	0,00	20	7	0,00	25	250,00
Outras Nacionalidades	42	0,01	2	0	0,00	34	-100,00
Outros Europeus	0	0,00	23	16	0,00	18	---
Angolano	0	0,00	23	7	0,00	25	---
Sul-Africano	0	0,00	23	17	0,00	17	---
Outros Africanos	0	0,00	23	51	0,00	8	---
Outros	0	0,00	23	39	0,00	10	---
Total	793.312	100,00	---	1.495.923	100,00	---	88,57

Fonte: RAIS-MTE.

Na ótica da escolaridade percebe-se que a maioria dos empregados formais em 2006, ou seja, 81,67% deles tinham até o ensino médio completo e que 38,10% tinham o ensino médio completo. Esse percentual caiu, em 2013, para 77,40%, revelando que mesmo diante da melhora ocorrida ainda é bastante baixo o grau de formação escolar dos indivíduos com vínculo formal de trabalho no estado do Ceará. No entanto, é inegável o incremento ocorrido no total de pessoas no mercado formal de trabalho com nível de graduação quando se passou a contar com 123.814 pessoas a mais entre os dois anos, ou seja, o segundo maior incremento absoluto dentre todas as faixas de escolaridade.

Tabela 11: Evolução do Estoque de Empregos Formais por Escolaridade após 2005 - Ceará - 2006 a 2013 (%)

Escolaridade após 2005	2006	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
Analfabeto	10.713	1,08	9	5.775	0,39	10	-46,09
Até 5ª Incompleto	60.461	6,11	6	47.352	3,17	7	-21,68
5ª Completo Fundamental	43.724	4,42	7	33.907	2,27	8	-22,45
6ª a 9ª Fundamental	88.827	8,98	4	89.755	6,00	5	1,04
Fundamental Completo	151.154	15,28	2	159.472	10,66	3	5,50
Médio Incompleto	76.285	7,71	5	94.596	6,32	4	24,00
Médio Completo	376.970	38,10	1	727.029	48,60	1	92,86
Superior Incompleto	36.450	3,68	8	58.586	3,92	6	60,73
Superior Completo	143.787	14,53	3	267.601	17,89	2	86,11
Mestrado	906	0,09	10	10.264	0,69	9	1032,89
Doutorado	213	0,02	11	1.586	0,11	11	644,60
Total	989.490	100,00	---	1.495.923	100,00	---	51,18

Fonte: RAIS-MTE.

Com relação às faixas de horas contratadas percebe-se que 80,82% das pessoas com vínculo formal trabalhavam no mínimo 31 horas semanais. Além disso, é nítida a elevada concentração existente na faixa de 41 a 44 horas que registrava uma participação de 61,57%, ambos em 2002, aumentando ainda mais essa participação para 87,42 e 64,93% em 2013.

A faixa que registrou o maior crescimento relativo foi o de 31 a 40 horas semanal. No entanto, em termos absolutos, o maior incremento foi observado na faixa de 41 a 44 horas semanal, quando foram incorporadas mais 482.904 pessoas nessa faixa.

Tabela 12: Evolução do Estoque de Empregos Formais por Faixa de Horas Contratadas - Ceará - 2002 a 2013 (%)

Faixa Hora Contrat.	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
Até 12 horas	15.062	1,90	5	28.730	1,92	5	90,74
13 a 15 horas	1.751	0,22	6	3.825	0,26	6	118,45
16 a 20 horas	50.523	6,37	4	62.799	4,20	4	24,30
21 a 30 horas	84.835	10,69	3	92.891	6,21	3	9,50
31 a 40 horas	152.701	19,25	2	336.334	22,48	2	120,26
41 a 44 horas	488.440	61,57	1	971.344	64,93	1	98,87
Total	793.312	100,00	---	1.495.923	100,00	---	88,57

Fonte: RAIS-MTE.

A faixa de remuneração de dezembro em número de salários mínimos também é um bom indicador a ser analisado. Algumas observações podem ser colocadas. A primeira é que 63,53% dos trabalhadores recebiam, em 2002, até dois salários mínimos em valores daquele ano. Segundo, a faixa que concentrava o maior número de empregadas era de 1,01 a 1,50 salários mínimos com uma

participação de 33,92% do total. Por fim, apenas 15,35% dos empregados recebiam acima de cinco salários mínimos, sendo que apenas 1,68% representavam os que recebiam acima dos vinte salários.

Em 2013, o primeiro ponto a ser destacado é que a participação dos empregados que receberam até dois salários mínimos aumentou para 70,12%. Vale ressaltar que o salário mínimo vem registrando ganhos reais acima da inflação no período entre 2002 e 2013. Segundo, a faixa que concentrava o maior número de empregadas era de 1,01 a 1,50 salários mínimos com uma participação de 43,87% do total. Por fim, apenas 12,15% dos empregados receberam acima de cinco salários mínimos, sendo que apenas 0,87% formava o grupo dos que recebiam acima dos vinte salários.

Tabela 13: Evolução do Estoque de Empregos Formais por Faixa de Remuneração de Dezembro em Número de Salários Mínimos - Ceará - 2002 a 2013 (%)

Faixa Remuneração Dezembro (SM)	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
Até 0,50	20.589	2,60	10	22.124	1,48	10	7,46
0,51 a 1,00 SM	110.266	13,90	2	175.227	11,71	3	58,91
1,01 a 1,50 SM	269.066	33,92	1	656.328	43,87	1	143,93
1,51 a 2,00 SM	104.092	13,12	3	195.257	13,05	2	87,58
2,01 a 3,00 SM	91.740	11,56	4	147.902	9,89	4	61,22
3,01 a 4,00 SM	43.915	5,54	5	69.273	4,63	5	57,74
4,01 a 5,00 SM	31.861	4,02	7	48.051	3,21	7	50,81
5,01 a 7,00 SM	33.811	4,26	6	47.590	3,18	8	40,75
7,01 a 10,00 SM	29.248	3,69	8	29.601	1,98	9	1,21
10,01 a 15,00 SM	16.436	2,07	11	21.532	1,44	11	31,01
15,01 a 20,00 SM	7.079	0,89	13	10.037	0,67	13	41,79
Mais de 20,00 SM	13.319	1,68	12	13.038	0,87	12	-2,11
{ñ class}	21.890	2,76	9	59.963	4,01	6	173,93
Total	793.312	100,00	---	1.495.923	100,00	---	88,57

Fonte: RAIS-MTE.

Antes analisar os tipos de vínculo dos empregados formais existentes faz-se necessário o entendimento sobre cada vínculo empregatício ou relação de emprego. Vale destacar que segundo o próprio Manual da RAIS 2013, caso o empregado/servidor possua dois vínculos com o mesmo empregador, as informações devem ser prestadas separadamente.

São dezenove os tipos de vínculo empregatícios utilizados no preenchimento da RAIS são: (1) Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado (**CLT U/ PJ Ind**); (2) Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado (**CLT U/ PF Ind**); (3) Trabalhador rural vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Lei nº 5.889/1973, por prazo indeterminado (**CLT R/ PJ Ind**); (4) Trabalhador rural vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela Lei nº 5.889/1973, por prazo

indeterminado (**CLT R/ PF Ind**); (5) Servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência (**Estatutário**); (6) Servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (**Estatutário RGPS**); (7) Servidor público não efetivo (demissível *ad nutum* ou admitido por meio de legislação especial, não-regido pela CLT) (**Estatutário não Efetivo**); (8) Trabalhador avulso (trabalho administrado pelo sindicato da categoria ou pelo órgão gestor de mão-de-obra) para o qual é devido depósito de FGTS (CF/1988), art. 7º, inciso III (**Avulso**); (9) Trabalhador temporário, regido pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 (**Temporário**); (10) Aprendiz contratado nos termos do art. 428 da CLT, regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005 (**Aprendiz**); (11) Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por tempo determinado ou obra certa (**CLT U/ PJ Determinado**); (12) Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela CLT, por tempo determinado ou obra certa (**CLT U/ PF Determinado**); (13) Trabalhador rural vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Lei nº 5.889/1973, por prazo determinado (**CLT R/ PJ Determinado**); (14) Trabalhador rural vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela Lei nº 5.889/1973, por prazo determinado (**CLT R/ PF Determinado**); (15) Diretor sem vínculo empregatício para o qual a empresa/entidade tenha optado por recolhimento ao FGTS ou Dirigente Sindical (**Diretor**); (16) Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998 (**Contrat Prazo Determinado**); (17) Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, regido pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.849, de 26 de outubro de 1999 (**Contrat TMP Determinado**); (18) Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido por Lei Estadual (**Contrat Lei Estadual**); (19) Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido por Lei Municipal (**Contrat Lei Municipal**).

Em 2002, o principal ponto a ser destacado é que o principal tipo de vínculo entre empregadores e empregados era o de Trabalhador urbano vinculado à empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado com participação de 69,01% dos casos, sendo seguido pelos Servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência com participação de 16,70% e pelos Servidor público não efetivo (demissível *ad nutum* ou admitido por meio de legislação especial, não-regido pela CLT) com 11,39% dos casos.

Em 2013, a participação dos Trabalhadores urbanos vinculado à empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado passou a ser de 70,43%, ou seja, de cada dez empregados formalmente no estado do Ceará, sete apresentam essa relação de emprego. Em segundo lugar ainda continuam os Servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência com participação de 15,82%.

Tabela 14: Evolução do Estoque de Empregos Formais por Tipo de Vínculo - Ceará - 2002 a 2013 (%)

Tipo Vínculo	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
CLT U/ PJ Ind	547.497	69,01	1	1.053.621	70,43	1	92,44
CLT U/ PF Ind	4.226	0,53	5	5.020	0,34	10	18,79
CLT R/ PJ Ind	6.058	0,76	4	9.712	0,65	9	60,32
CLT R/ PF Ind	1.870	0,24	9	4.033	0,27	11	115,67
Estatutário	132.457	16,70	2	236.654	15,82	2	78,66
Estatutário RGPS	0	0,00	15	63.381	4,24	3	---
Estatutário não Efetivo	90.366	11,39	3	50.590	3,38	4	-44,02
Avulso	2.657	0,33	7	2.659	0,18	12	0,08
Temporário	2.124	0,27	8	22.916	1,53	5	978,91
Aprendiz	129	0,02	14	13.943	0,93	7	10708,53
CLT U/ PJ Determinado	3.481	0,44	6	10.730	0,72	8	208,24
CLT U/ PF Determinado	155	0,02	13	182	0,01	17	17,42
CLT R/ PJ Determinado	0	0,00	15	863	0,06	15	---
CLT R/ PF Determinado	0	0,00	15	91	0,01	18	---
Diretor	196	0,02	12	265	0,02	16	35,20
Contrat Prazo Determinado	1.824	0,23	10	2.498	0,17	13	36,95
Contrat TMP Determinado	272	0,03	11	1.266	0,08	14	365,44
Contrat Lei Estadual	0	0,00	15	10	0,00	19	---
Contrat Lei Municipal	0	0,00	15	17.489	1,17	6	---
Total	793.312	100,00	---	1.495.923	100,00	---	88,57

Fonte: RAIS-MTE.

Dentre os tipos de vínculos merecem destaque aqueles que registraram os maiores avanços: os Trabalhadores urbanos vinculado à empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado registraram um incremento absoluto de 506.124 novos empregados, seguido pelos Servidores regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência com mais 104.197 empregados e ao surgimento de uma nova categoria os Servidores regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social cujo incremento foi da ordem de 63.381 novos empregados. Por fim, nota-se que o expediente do trabalho dos Temporários também cresceu significativamente quando em 2002 eram apenas 2.124 empregados passando para 22.916 empregados em 2013.

5. ANÁLISE DA REMUNERAÇÃO REAL MÉDIA PAGA NO MÊS DE DEZEMBRO NO EMPREGO FORMAL NO ESTADO DE CEARÁ

Nesta seção será feita uma análise da evolução do valor real remunerações pagas nos meses de dezembro dos anos de 2002 e 2013. Além disso, serão consideradas algumas características dos indivíduos que apresentam algum vínculo formal de trabalho, tais como: remuneração por sexo do trabalhador, remuneração por grau de escolaridade, remuneração por setor de atividade econômica de atuação e por fim, remunerações pagas por tipo de vínculo do empregado.

Observa-se, de acordo com a Tabela 15, que o valor real da remuneração média paga aos empregados com vínculo formal de trabalho presentes no país, em dezembro de 2002 foi de R\$ 1.653,48 e que em dezembro de 2013 esse valor aumentou para R\$ 2.177,60, registrando, assim, um crescimento de 31,70% entre esses dois anos.

A região que apresentou a maior média salarial paga no mês de dezembro de 2013 foi a Centro-Oeste (R\$ 2.590,40), sendo seguida pelas regiões Sudeste (R\$ 2.332,78); Sul (R\$ 2.048,37); Norte (R\$ 2.020,91) e Nordeste (R\$ 1.723,47). Nota-se que as posições no ranking das remunerações médias pagas no mês de dezembro não sofreram mudanças entre os anos de 2002 e 2013, revelando de certo modo uma manutenção da estrutura observada no primeiro ano.

Todavia, vale destacar a região que registrou o maior crescimento relativo entre os dois anos sob análise que foi a região Nordeste ao apresentar variação de 47,49% entre 2002 e 2013, seguida pelas regiões Sul (+36,19%); Norte (+35,76%); Centro-Oeste (+34,88%) e Sudeste (+27,30%). (Tabela 15).

Tabela 15: Evolução do Valor Real da Remuneração de Dezembro - Brasil e Regiões - 2002 a 2013

Região Natural	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
Centro-Oeste	1.920,58	116,15	1	2.590,40	118,96	1	34,88
Sudeste	1.832,47	110,83	2	2.332,78	107,13	2	27,30
Sul	1.504,10	90,97	3	2.048,37	94,07	3	36,19
Norte	1.488,61	90,03	4	2.020,91	92,80	4	35,76
Nordeste	1.168,51	70,67	5	1.723,47	79,15	5	47,49
Total	1.653,48	100,00	---	2.177,60	100,00	---	31,70

Fonte: RAIS-MTE.

Nota: Deflacionado pelo INPC-Dez. 2013.

Mas em termos absolutos, o maior avanço foi observado na região Centro-Oeste com ganho real de R\$ 669,81 entre os dois anos analisados, seguida pela região Nordeste (R\$ 554,96); Sul (R\$ 544,27); Norte (R\$ 532,31) e Sudeste (R\$ 500,31).

Diante o exposto pode-se afirmar que apesar da manutenção da estrutura de pagamentos dos vínculos formais de trabalho observada em 2002 ocorreu alguma melhora em direção as regiões mais carentes na comparação dos dois anos, a exemplo do ocorrido na região Nordeste.

Agora na análise por estados, nota-se que o estado que apresentou a maior média salarial paga no mês de dezembro de 2013 foi o Distrito Federal (R\$ 3.172,87), sendo seguido pelos estados do Amapá (R\$ 2.067,95); Roraima (R\$ 2.054,38); São Paulo (R\$ 2.020,84) e Rio de Janeiro (R\$ 1.914,32) para listar os cinco maiores. Os estados que registraram as menores remunerações reais pagas em dezembro de 2002 foram: Paraíba (R\$ 1.039,58); Piauí (R\$ 1.044,53); Alagoas (R\$ 1.076,72); Rio Grande do Norte (R\$ 1.112,23) e Ceará (R\$ 1.112,93).

Tabela 16: Evolução do Valor Real da Remuneração de Dezembro - Brasil e Estados - 2002 a 2013

UF	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
Distrito Federal	3.172,87	191,89	1	4.097,11	188,15	1	29,13
Rio de Janeiro	1.914,32	115,78	5	2.558,55	117,49	2	33,65
Amapá	2.067,95	125,07	2	2.548,24	117,02	3	23,23
São Paulo	2.020,84	122,22	4	2.454,52	112,72	4	21,46
Roraima	2.054,38	124,25	3	2.248,04	103,23	5	9,43
Amazonas	1.771,16	107,12	6	2.098,87	96,38	6	18,50
Rio Grande do Sul	1.615,35	97,69	8	2.098,07	96,35	7	29,88
Acre	1.654,12	100,04	7	2.069,86	95,05	8	25,13
Paraná	1.430,10	86,49	10	2.054,72	94,36	9	43,68
Mato Grosso do Sul	1.291,13	78,09	14	2.025,20	93,00	10	56,85
Mato Grosso	1.214,03	73,42	21	1.979,88	90,92	11	63,08
Santa Catarina	1.430,10	86,49	11	1.970,08	90,47	12	37,76
Espírito Santo	1.368,58	82,77	12	1.955,88	89,82	13	42,91
Pará	1.257,20	76,03	15	1.955,50	89,80	14	55,55
Rondônia	1.594,54	96,44	9	1.931,63	88,70	15	21,14
Sergipe	1.242,15	75,12	17	1.921,33	88,23	16	54,68
Tocantins	1.233,99	74,63	19	1.873,84	86,05	17	51,85
Minas Gerais	1.305,67	78,96	13	1.861,57	85,49	18	42,58
Goiás	1.241,20	75,07	18	1.849,14	84,92	19	48,98
Pernambuco	1.242,98	75,17	16	1.799,82	82,65	20	44,80
Rio Grande do Norte	1.112,23	67,27	24	1.799,18	82,62	21	61,76
Bahia	1.232,87	74,56	20	1.786,02	82,02	22	44,87
Maranhão	1.157,19	69,99	22	1.722,24	79,09	23	48,83
Piauí	1.044,53	63,17	26	1.669,72	76,68	24	59,85
Alagoas	1.076,72	65,12	25	1.616,61	74,24	25	50,14
Paraíba	1.039,58	62,87	27	1.579,53	72,54	26	51,94
Ceará	1.112,93	67,31	23	1.568,35	72,02	27	40,92
Total	1.653,48	100,00	---	2.177,60	100,00	---	31,70

Fonte: RAIS-MTE.

Nota: Deflacionado pelo INPC-Dez. 2013.

Já em 2013, os estados que registraram as maiores remunerações reais pagas foram: Distrito Federal (R\$ 4.097,11); Rio de Janeiro (R\$ 2.558,55); Amapá (R\$ 2.548,24); São Paulo (R\$ 2.454,52) e Roraima (R\$ 2.248,04). Por outro lado, os estados que registraram as menores remunerações reais pagas em dezembro de 2013 foram: Ceará (R\$ 1.568,35); Paraíba (R\$ 1.579,53); Alagoas (R\$ 1.616,61); Piauí (R\$ 1.669,72) e Maranhão (R\$ 1.772,24). (Tabela 16).

Vale destacar o estado que registrou o maior crescimento relativo entre os dois anos em análise que foi o estado do Mato Grosso que apresentou variação de 63,08% entre 2002 e 2013, seguido por Rio Grande do Norte (+61,76%); Piauí (+59,85%); Mato Grosso do Sul (+56,85%) e Pará (+55,55%). Já as menores variações foram observadas em Roraima (+9,43%); Amazonas (+18,50%); Rondônia (+21,14%); São Paulo (+21,46%) e Amapá (+23,23%), todos abaixo da média nacional que registrou alta de 31,70% (Tabela 16).

Em termos absolutos, o maior avanço foi observado no Distrito Federal cujo ganho real foi de R\$ 924,24, seguido pelos estados de Mato Grosso (R\$ 765,85); Mato Grosso do Sul (R\$ 734,07); Pará (R\$ 698,31) e Rio Grande do Norte (R\$ 686,96). Os menores ganhos reais foi observado por Roraima (R\$ 193,66); Amazonas (R\$ 327,71); Rondônia (R\$ 337,09); Acre (R\$ 415,74); São Paulo (R\$ 433,68) e Ceará (R\$ 455,42) para listar os seis menores.

Diante o exposto é possível notar um ganho nas remunerações pagas em especial para alguns estados do Centro-Oeste e do Nordeste.

Ao se analisar as capitais do país nota-se, que em 2002, as maiores remunerações médias pagas no mês de dezembro foram observadas em Brasília (R\$ 3.172,87); Florianópolis (R\$ 2.536,22); São Paulo (R\$ 2.469,73); Porto Alegre (R\$ 2.369,92) e Porto Velho (R\$ 2.316,53). Já as menores remunerações médias reais foram pagas em Terezina (R\$ 1.236,08); João Pessoa (R\$ 1.374,41); Fortaleza (R\$ 1.443,37); Natal (R\$ 1.485,12) e Maceió (R\$ 1.498,49). Todos os valores foram atualizados para 2013.

Em 2013, as capitais que registraram as maiores remunerações pagas foram Brasília (R\$ 4.097,11); Florianópolis (R\$ 3.402,33); Vitória (R\$ 3.059,75); Rio de Janeiro (R\$ 2.959,22) e São Paulo (R\$ 2.930,64). Por outro lado, as menores remunerações médias reais pagas em dezembro de 2013 ocorreram em Fortaleza (R\$ 1.909,89); João Pessoa (R\$ 1.911,69); Terezina (R\$ 1.938,73); Maceió (R\$ 1.957,86) e Natal (R\$ 2.187,70).

As maiores variações relativas entre 2002 e 2013 ocorreram em Cuiabá (66,48%); Palmas (63,75%); Belém (58,29%); Terezina (56,85%) e Vitória (51,44%). E as menores variações foram observadas

em Porto Velho (6,25%); Boa Vista (15,13%); São Paulo (18,66%); Manaus (20,36%) e Porto Alegre (21,49%), todos abaixo da média nacional que foi de 31,70%.

Tabela 17: Evolução do Valor Real da Remuneração de Dezembro - Brasil e Capitais - 2002 a 2013

Capital	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
Brasília - DF	3.172,87	191,89	1	4.097,11	188,15	1	29,13
Florianópolis - SC	2.536,22	153,39	2	3.402,33	156,24	2	34,15
Vitória - ES	2.020,48	122,20	10	3.059,75	140,51	3	51,44
Rio de Janeiro - RJ	2.260,26	136,70	6	2.959,22	135,89	4	30,92
São Paulo - SP	2.469,73	149,37	3	2.930,64	134,58	5	18,66
Porto Alegre - RS	2.369,92	143,33	4	2.879,17	132,22	6	21,49
Curitiba - PR	2.046,40	123,76	9	2.865,92	131,61	7	40,05
Macapá - AP	2.255,02	136,38	7	2.772,83	127,33	8	22,96
Cuiabá - MT	1.611,87	97,48	17	2.683,42	123,23	9	66,48
Belo Horizonte - MG	1.890,82	114,35	11	2.588,56	118,87	10	36,90
Palmas - TO	1.564,82	94,64	19	2.562,32	117,67	11	63,75
Campo Grande - MS	1.660,35	100,42	15	2.480,36	113,90	12	49,39
Belém - PA	1.563,80	94,58	20	2.475,38	113,67	13	58,29
Porto Velho - RO	2.316,53	140,10	5	2.461,27	113,03	14	6,25
Boa Vista - RR	2.076,97	125,61	8	2.391,14	109,81	15	15,13
Salvador - BA	1.621,33	98,06	16	2.329,29	106,97	16	43,67
Recife - PE	1.717,93	103,90	14	2.297,58	105,51	17	33,74
Goiânia - GO	1.608,70	97,29	18	2.293,92	105,34	18	42,59
Rio Branco - AC	1.791,04	108,32	13	2.281,15	104,75	19	27,36
Aracaju - SE	1.501,67	90,82	22	2.229,40	102,38	20	48,46
Manaus - AM	1.839,51	111,25	12	2.213,97	101,67	21	20,36
São Luiz - MA	1.562,25	94,48	21	2.203,01	101,17	22	41,01
Natal - RN	1.485,12	89,82	24	2.187,70	100,46	23	47,31
Maceió - AL	1.498,49	90,63	23	1.957,86	89,91	24	30,66
Terezina - PI	1.236,08	74,76	28	1.938,73	89,03	25	56,85
João Pessoa - PB	1.374,41	83,12	26	1.911,69	87,79	26	39,09
Fortaleza - CE	1.443,37	87,29	25	1.909,89	87,71	27	32,32
{ñ class}	1.290,76	78,06	27	1.795,25	82,44	28	39,08
Total	1.653,48	100,00	---	2.177,60	100,00	---	31,70

Fonte: RAIS-MTE.

Nota: Deflacionado pelo INPC-Dez. 2013.

Em termos absolutos, os maiores ganhos de remuneração média real foram observados nos estados de Cuiabá (R\$ 1.071,54); Vitória (R\$ 1.039,27); Palmas (R\$ 997,50); Brasília (R\$ 924,24) e Belém (R\$ 911,58). Já os menores ganhos ocorreram em Porto Velho (R\$ 144,74); Boa Vista (R\$ 314,17); Manaus (R\$ 374,46); Maceió (R\$ 459,37) e São Paulo (R\$ 460,91).

A remuneração média real paga em dezembro de 2002 no estado do Ceará era de R\$ 1.112,93, sendo que os homens recebiam, em média, R\$ 1.233,73 e as mulheres recebiam R\$ 963,16. Em 2013, os homens passaram a receber em média 1.647,20 e as mulheres R\$ 1.467,33. Vale destacar que o

crescimento observado na remuneração média real paga aos homens entre os anos de 2002 e 2013 foi de 33,51% e das mulheres foi de 52,34%, donde se pode concluir que está ocorrendo uma redução do diferencial de salários pagos entre os sexos. (Tabela 18).

Tabela 18: Evolução do Valor Real da Remuneração de Dezembro por Sexo do Trabalhador - Ceará - 2002 e 2013

Sexo Trabalhador	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
Masculino	1.233,73	110,85	1	1.647,20	105,03	1	33,51
Feminino	963,16	86,54	2	1.467,33	93,56	2	52,34
Total	1.112,93	100,00	---	1.568,35	100,00	---	40,92

Fonte: RAIS-MTE.

Nota: Deflacionado pelo INPC-Dez. 2013.

A remuneração média real paga em dezembro de 2002 no estado do Ceará para aqueles que tinham o ensino médio completo era de R\$ 1.010,70, já para os que tinham nível superior completo era de R\$ 3.263,16. Em 2013, os empregados com ensino médio completo passaram a receber uma remuneração média de R\$ 1.168,01 e aqueles com ensino superior completo uma remuneração média de R\$ 3.361,20. (Tabela 19).

Tabela 19: Evolução do Valor Real da Remuneração de Dezembro por Escolaridade - Ceará - 2006 e 2013

Escolaridade após 2005	2006	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
Analfabeto	540,51	42,50	11	845,36	53,90	11	56,40
Até 5ª Incompleto	660,08	51,90	9	923,34	58,87	9	39,88
5ª Completo Fundamental	654,87	51,49	10	916,02	58,41	10	39,88
6ª a 9ª Fundamental	708,69	55,72	8	965,11	61,54	7	36,18
Fundamental Completo	816,97	64,23	7	990,74	63,17	6	21,27
Médio Incompleto	839,06	65,97	6	938,62	59,85	8	11,87
Médio Completo	1.010,70	79,47	5	1.168,01	74,47	5	15,56
Superior Incompleto	2.125,34	167,10	4	1.890,78	120,56	4	-11,04
Superior Completo	3.263,16	256,56	3	3.361,20	214,31	3	3,00
Mestrado	4.924,18	387,16	2	5.969,51	380,62	2	21,23
Doutorado	7.466,80	587,07	1	7.806,92	497,78	1	4,56
Total	1.271,87	100,00	---	1.568,35	100,00	---	23,31

Fonte: RAIS-MTE.

Nota: Deflacionado pelo INPC-Dez. 2013.

Analisando-se a remuneração média real paga no mês de dezembro nos setores de atividade econômica no estado do Ceará, nota-se que em 2002 os setores que registraram as maiores remunerações foram: Serviços industriais de utilidade pública; Administração Pública; e Extrativa mineral. Já as menores remunerações foram observadas nos setores de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca; Comércio; Indústria de transformação; Construção Civil e Serviços.

Em 2013, ocorreram algumas mudanças cujos setores que registraram as três maiores remunerações sendo: Serviços industriais de utilidade pública; Extrativa mineral; e Administração Pública. Por outro lado, os setores que registraram as piores remunerações médias foram: Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca; Comércio; Indústria de Transformação; Construção Civil e Serviços. (Tabela 20).

Tabela 20: Evolução do Valor Real da Remuneração de Dezembro por Setor de Atividade Econômica - Ceará - 2002 e 2013

IBGE Setor	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
1 - Extrativa mineral	1.200,46	107,86	3	2.223,06	141,74	2	85,18
2 - Indústria de transformação	757,38	68,05	6	1.146,07	73,07	6	51,32
3 - Serviços industriais de utilidade pública	2.530,45	227,37	1	3.335,11	212,65	1	31,80
4 - Construção Civil	824,44	74,08	5	1.390,96	88,69	5	68,71
5 - Comércio	741,41	66,62	7	1.028,52	65,58	7	38,73
6 - Serviços	1.101,96	99,01	4	1.676,80	106,91	4	52,17
7 - Administração Pública	1.524,56	136,99	2	2.113,68	134,77	3	38,64
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	733,25	65,88	8	1.017,78	64,90	8	38,80
Total	1.112,93	100,00	---	1.568,35	100,00	---	40,92

Fonte: RAIS-MTE.

Nota: Deflacionado pelo INPC-Dez. 2013.

Em 2002, o valor da remuneração real média paga no estado do Ceará aos Trabalhadores urbanos vinculado à empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado era de R\$ 898,38 e para os Servidores regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social era de R\$ 1.504,47, revelando que o setor público remunerava em média melhor que o setor privado.

Todavia, esses valores em 2013 sofreram algumas alterações. Os Trabalhadores urbanos vinculado à empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado passaram a receber R\$ 1.305,35 e os Servidores regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social passaram a receber o valor de R\$ 3.096,97, aumentando ainda mais o diferencial de salários entre os setores público e privado. Isso pode ser explicado em boa medida pelos planos de cargos e salários que são mais presentes no setor público e também pelo maior número de trabalhadores melhor qualificados presentes no setor público.

Tabela 21: Evolução do Valor Real da Remuneração de Dezembro por Tipo de Vínculo - Ceará - 2002 e 2013

Tipo Vínculo	2002	Part.(%)	Rank.	2013	Part.(%)	Rank.	Var.(%)
CLT U/ PJ Ind	898,38	80,72	4	1.305,35	83,23	6	45,30
CLT U/ PF Ind	515,60	46,33	10	927,01	59,11	12	79,79
CLT R/ PJ Ind	548,76	49,31	9	965,32	61,55	11	75,91
CLT R/ PF Ind	456,60	41,03	11	841,19	53,64	14	84,23
Estatutário	1.504,47	135,18	3	3.096,97	197,47	2	105,85
Estatutário RGPS	0,00	0,00	15	1.274,93	81,29	7	---
Estatutário não Efetivo	1.988,34	178,66	2	1.430,39	91,20	4	-28,06
Avulso	451,31	40,55	12	549,15	35,01	18	21,68
Temporário	576,26	51,78	8	894,84	57,06	13	55,28
Aprendiz	249,31	22,40	13	463,89	29,58	19	86,07
CLT U/ PJ Determinado	638,90	57,41	6	1.272,27	81,12	8	99,14
CLT U/ PF Determinado	643,89	57,86	5	820,08	52,29	15	27,36
CLT R/ PJ Determinado	0,00	0,00	15	807,29	51,47	16	---
CLT R/ PF Determinado	0,00	0,00	15	672,39	42,87	17	---
Diretor	2.788,77	250,58	1	5.095,66	324,91	1	82,72
Contrat Prazo Determinado	134,05	12,04	14	1.141,39	72,78	9	751,46
Contrat TMP Determinado	581,35	52,24	7	1.766,96	112,66	3	203,94
Contrat Lei Estadual	0,00	0,00	15	1.349,38	86,04	5	---
Contrat Lei Municipal	0,00	0,00	15	1.020,57	65,07	10	---
Total	1.112,93	100,00	---	1.568,35	100,00	---	40,92

Fonte: RAIS-MTE.

Nota: Deflacionado pelo INPC-Dez. 2013.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto pela análise realizada acima foi possível perceber que ocorreram grandes transformações no mercado de trabalho formal do referido estado, a começar pela evolução do contingente de pessoas que apresentaram algum tipo de vínculo formal de trabalho, característica essa de um tipo de relação que dá maiores garantias ao trabalhador no que se refere ao recebimento de um salário acordado, direito ao gozo de férias e do ganho de um terço a mais sobre o salário após cumprido um período mínimo de 12 meses, direito ao recebimento de décimo terceiro e décimo quarto salários, além dos direitos relacionados a licença maternidade e paternidade, liberação das atividades laborais em caso de doença, direitos a negociações em dissídios trabalhistas, dentre outros.

Nota-se no presente estado que os empregos formais ainda encontram-se muito concentrados em apenas uma mesorregião, principalmente na região metropolitana, devido em grande parte a elevada concentração dos empregos na capital do estado que vem esboçando aumento na concentração ao longo dos últimos anos.

Na análise por setores, percebe-se ainda a elevada concentração nos setores de comércio e serviços, vindo em seguida a participação da indústria de transformação. Vale destacar o ganho de importância e participação da construção civil.

Dentre as características pessoais, nota-se que a participação dos homens vem se mantendo acima da participação das mulheres com leve aumento desse diferencial. No tocante a faixa etária, percebe-se a elevada concentração na faixa entre 30 a 49 anos. Quase a totalidade dos empregados formais são brasileiros. Com relação ao grau de escolaridade foi notório o aumento da participação daqueles que possuem o ensino médio completo e o aumento no total daqueles que possuem ensino superior completo. O regime de horas contratadas é principalmente o de 41 a 44 horas semanais com nítido aumento de participação. Nota-se, também, que ainda é bastante elevado a participação dos empregados que recebem na faixa salarial de até dois salários mínimos. Por fim, os trabalhadores urbanos vinculados a pessoas jurídicas com tempo de trabalho indeterminado ainda representam a maior fatia deles, vindo em segundo lugar os empregados públicos.

Na análise por remunerações, constata-se que a região Nordeste ainda apresenta a pior remuneração média do país. Os estados que registraram as maiores remunerações reais médias pagas em dezembro de 2013 foram: Distrito Federal, Rio de Janeiro, Amapá, São Paulo e Roraima. O estado do Ceará registrou a pior remuneração real média do país.

Os homens em 2013 continuavam a receber em média mais que as mulheres. Em relação ao grau de formação observou-se que ainda é bastante elevado o retorno da educação para aqueles que possuem grau de escolaridade superior, mas que essa diferença vem se reduzindo ao longo do período.

Os setores que melhor remuneraram em 2013 foram: Extrativa mineral; Serviços industriais de utilidade pública; Administração Pública. Por outro lado, os setores que registraram as piores remunerações médias foram: Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca; Comércio; Serviços; Construção Civil e Indústria de Transformação.

Por fim, vale destacar que o diferencial de remuneração média entre os setores público e privado tem aumentado na comparação dos anos de 2002 e 2013, isso explicado em boa medida pelos planos de cargos e salários que são mais presentes no setor público e também pelo maior número de trabalhadores melhor qualificados presentes no setor público.